



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SP REGULA

CONCURSO PÚBLICO

## 004. PROVA OBJETIVA

# ANALISTA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ÁREA III – DIREITO)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

Quando não está em um laboratório, envolvida em pesquisas sobre a resposta do sistema imune à leptospirose, a biomédica Lourdes Isaac está tecendo colchas e tapetes, cuidando do jardim ou cozinhando. Ela explica que essas atividades lhe permitem se desligar da rotina estressante na universidade. “Muitas vezes nossos objetivos de estudo são abstratos ou podem demorar para se concretizar. Com a tecelagem, após alguns dias, um emaranhado de fios lineares se transforma em um tecido com textura e cores que não existiam, o que é bastante gratificante”, diz Lourdes.

No início, ela conta que se sentia culpada por ter interesses não relacionados à prática científica. Com o tempo, percebeu que poderia encaixá-los em sua rotina. Como Lourdes, muitos cientistas têm dificuldade de se afastar das demandas envolvendo as atividades de docência e pesquisa e investir em interesses pessoais. Em média, os pesquisadores chegam a trabalhar 80 horas por semana, sem pausa nos fins de semana e feriados. A conclusão é de um levantamento feito pela revista *Nature* em 2016. No entanto, nos últimos anos, estudos apresentaram evidências indicando que a busca por satisfação em atividades de lazer praticadas regularmente pode ser uma forma de aliviar o estresse mental, melhorar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, aumentar a produtividade e aprimorar a capacidade criativa dos pesquisadores, auxiliando-os no desenvolvimento de soluções inovadoras para suas investigações.

Outro estudo, publicado quatro anos antes, constatou que os ganhadores do prêmio Nobel são quase duas vezes mais propensos a ter passatempos relacionados às artes ou a trabalhos manuais do que outros integrantes da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos ou da Royal Society, do Reino Unido. O estudo tomou como base dados publicados em autobiografias, biografias e obituários dos pesquisadores. “Forçar o cérebro a desempenhar atividades não relacionadas às tarefas de pesquisa pode contribuir para ampliar a flexibilidade cognitiva”, afirmou à *Nature* o psicólogo Dean Simonton.

(Rodrigo de Oliveira Andrade. *Ócio criativo*.  
<https://revistapesquisa.fapesp.br>, ago. 2018. Adaptado)

**01.** Com relação às informações apresentadas no texto sobre a ocupação de pesquisadores no tempo livre, é correto afirmar que

- (A) cientistas escolheram uma carreira que naturalmente os leva a ter como passatempo atividades que os auxiliam posteriormente no trabalho.
- (B) entrevistas contribuíram para determinar que cientistas vencedores do prêmio Nobel tinham inclinações para *hobbies* não relacionados a suas áreas de atuação.
- (C) a tecelagem se mostrou como uma metáfora útil para Lourdes compreender uma questão científica que se mostrava aparentemente sem solução.
- (D) a dificuldade de muitos desses profissionais de fazer algo prazeroso reside no fato de que momentos de ócio comprometem o tempo que deveriam estar pesquisando.
- (E) o estresse proveniente desse tipo de trabalho pode ser mitigado se atividades recreativas forem desenvolvidas com certa assiduidade.

**02.** Considere os trechos:

... **aprimorar** a capacidade criativa dos pesquisadores...  
(2º parágrafo)

... os ganhadores do prêmio Nobel são quase duas vezes mais **propensos** a ter passatempos... (3º parágrafo)

Os vocábulos em destaque têm, no contexto em que foram empregados, como **antônimo** e **sinônimo**, respectivamente,

- (A) pormenorizar e estimulados.
- (B) deteriorar e sujeitos.
- (C) agravar e contrários.
- (D) ratificar e afeitos.
- (E) esmerar e inclinados.

03. Assinale a alternativa em que o vocábulo destacado foi empregado em sentido figurado, no contexto em que se encontra.

- (A) No entanto, nos últimos anos, estudos apresentaram evidências indicando que a busca por satisfação em **atividades** de lazer... (2º parágrafo)
- (B) Quando não está em um laboratório, envolvida em pesquisas sobre a **resposta** do sistema imune à leptospirose... (1º parágrafo)
- (C) “Forçar o cérebro a desempenhar atividades não relacionadas às tarefas de pesquisa pode **contribuir** para ampliar a flexibilidade cognitiva”... (3º parágrafo)
- (D) Com a tecelagem, após alguns dias, um emaranhado de **fiões** lineares se transforma em um tecido... (1º parágrafo)
- (E) ... aliviar o estresse mental, melhorar o **equilíbrio** entre trabalho e vida pessoal, aumentar a produtividade... (2º parágrafo)

04. A norma-padrão de emprego da vírgula e de concordância verbal e nominal está preservada na frase:

- (A) Permitir-se ocupar a vida com alguns prazeres é algo importante, para aqueles em cujo trabalho já há abstrações suficiente.
- (B) Destaca-se na ciência nomes como o de Albert Einstein, o qual, por influência da mãe, pianista, tocava violino.
- (C) A grande maioria dos que pesquisam, vivencia uma rotina de muitos afazeres e poucos passatempos na vida pessoal.
- (D) Muitos pesquisadores acabam decidindo não ter filhos e viver só, o que lhes possibilitam trabalhar mais.
- (E) Mesmo não tendo bastantes oportunidades para o lazer, precisamos conseguir um tempo mínimo para isso nas agendas.

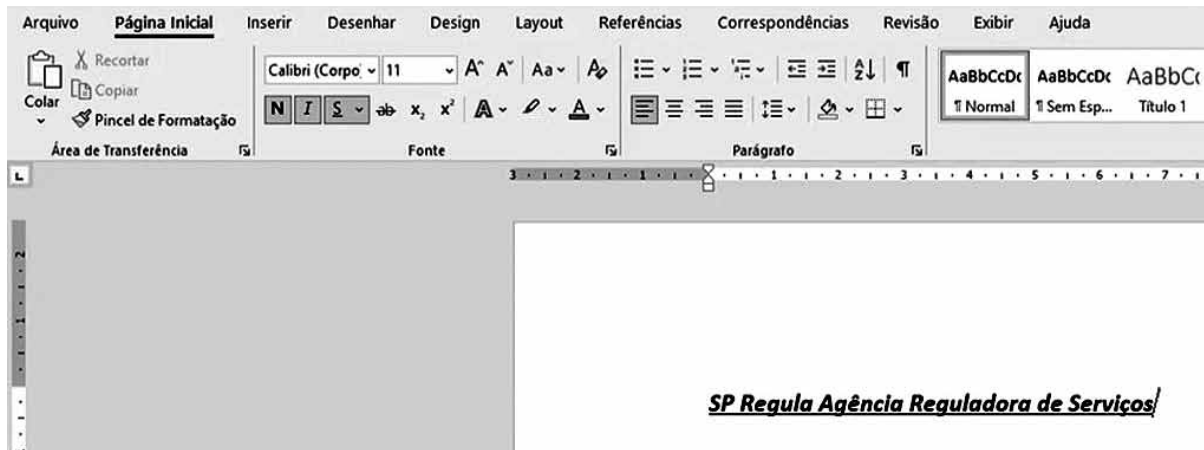
05. Leia outro trecho do texto.

“A tecelagem me \_\_\_\_\_ avaliar com mais calma aqueles fatos recentes envolvendo minhas pesquisas”, afirma Lourdes, \_\_\_\_\_ resultados do estudo. Outro benefício da prática de atividades criativas é a possibilidade de \_\_\_\_\_ mente com uma pausa do rigor exigido em laboratório, por exemplo. Não raro, os pesquisadores também precisam lidar com questões administrativas relacionadas à coordenação e planejamento dos trabalhos em equipe. O desgaste físico e mental resultante pode \_\_\_\_\_ “bloqueios criativos”, quando não é possível encontrar solução para determinado problema e avançar na reflexão científica.

As lacunas do texto são preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) ajuda para ... corroborando com os ... prover à ... acarretar
- (B) ajuda a ... corroborando os ... prover à ... acarretar
- (C) ajuda a ... corroborando os ... prover a ... acarretar
- (D) ajuda ... corroborando com os ... prover a ... acarretar em
- (E) ajuda ... corroborando com os ... prover à ... acarretar em

06. Tem-se o seguinte documento, editado no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, com um texto em negrito, itálico e sublinhado, e com o cursor ao final da última palavra.



(Arquivo pessoal; imagem usada com autorização)

Um usuário executou os seguintes passos:

- I. Pressionou ENTER.
- II. Digitou uma palavra.
- III. Apagou essa palavra usando a tecla BACKSPACE e pressionou BACKSPACE uma vez mais posicionando o cursor novamente no final da primeira linha.
- IV. Pressionou ENTER.
- V. Clicou no ícone Itálico.
- VI. Digitou a palavra Públicos.
- VII. Pressionou ENTER.
- VIII. Clicou nos ícones Negrito e Sublinhado.
- IX. Digitou São Paulo.

Assinale a alternativa que indica corretamente como será a formatação da palavra São Paulo.

- (A) Negrito e sublinhado, apenas.
- (B) Negrito, apenas.
- (C) Negrito, sublinhado e itálico.
- (D) Sem formatação.
- (E) Itálico, apenas.

07. Assinale a alternativa que indica corretamente situações em que o conteúdo é enviado para a Lixeira do Microsoft Windows 10, em sua configuração original.

- (A) Um atalho recortado através das teclas CTRL+X e um programa desinstalado através do Painel de Controle.
- (B) Um arquivo apagado através da tecla DEL e uma pasta vazia apagada através das teclas SHIFT+DEL.
- (C) Um arquivo apagado através da tecla DEL e um programa desinstalado através do Painel de Controle.
- (D) Um arquivo apagado através da tecla DEL e uma pasta com subpastas apagada através da tecla DEL.
- (E) Uma pasta vazia apagada através das teclas SHIFT+DEL e um atalho recortado, através das teclas CTRL+X.

08. Usando o Microsoft Excel 2016 em sua configuração padrão, assinale a alternativa que contém a fórmula correta, que foi inserida na célula A5, para recuperar a quantidade de vezes em que o maior número do intervalo entre A1 e C3 aparece, conforme imagem a seguir.

|   | A  | B  | C  |
|---|----|----|----|
| 1 | 6  | 14 | 14 |
| 2 | 1  | 5  | 14 |
| 3 | 10 | 13 | 8  |
| 4 |    |    |    |
| 5 | 3  |    |    |

(Arquivo pessoal, imagem usada com autorização)

- (A) =CONT.SE(A1:C3; MAIOR(A1:C3;1))
- (B) =CONT.NÚM(A1:C3; MÁXIMO(A1:C3))
- (C) =MAIOR(A1:C3;CONT.NÚM(A1:C3))
- (D) =CONT.SE(A1:C3;MÁXIMO)
- (E) =MÁXIMO(A1:C3;CONT.NÚM(A1:C3))

09. Tem-se uma apresentação criada no Microsoft PowerPoint 2016, em sua configuração original, com 6 slides, sendo:

Slide 1: oculto, sem transição, sem AutoFormas com animação

Slide 2: não oculto, configurado com transição, contém AutoFormas com animação

Slide 3: não oculto, sem transição, contém AutoFormas com animação

Slide 4: contém um botão de ação

Slide 5: oculto, configurado com transição, contém AutoFormas com animação

Slide 6: não oculto, configurado com transição, contém AutoFormas com animação

Assinale a alternativa que indica corretamente para qual(is) slide(s) o botão de ação do slide 4 pode ser configurado com a ação *hiperlink para*, sem considerar o próprio slide 4.

- (A) Slides 1, 2 e 3, apenas.
- (B) Slides 2, 3 e 6, apenas.
- (C) Slides 1, 2, 3, 5, e 6.
- (D) Slides 2 e 3, apenas.
- (E) Slide 6, apenas.

10. Tem-se a mensagem de correio eletrônico a seguir.

De: Andrea

Para: Fabio, Claudio

Cc: Monica

Cco: Lucia, Renato, Alexandre

Considerando que a mensagem foi enviada e recebida com sucesso, e que todos os usuários utilizam o serviço de e-mail Gmail, em sua configuração padrão, assinale a alternativa que indica corretamente quem sabe que Lucia, Renato e Alexandre receberam a mensagem.

- (A) Andrea, Fabio, Claudio e Monica, apenas.
- (B) Andrea, Fabio, Claudio, Monica, Lucia, Renato e Alexandre.
- (C) Andrea, Fabio e Claudio, apenas.
- (D) Andrea, Lucia, Renato e Alexandre, apenas.
- (E) Andrea, apenas.

11. Para que haja participação social no controle dos gastos públicos, transparência e prestação de contas são fundamentais. Nesse contexto, por meio da publicação do Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas pelo poder público, a sociedade pode acompanhar o cumprimento do limite das despesas derivadas das parcerias público-privadas (PPPs) em relação à receita corrente líquida (RCL), os contratos de PPPs existentes e o montante a ser firmado. Dito isso, esse Demonstrativo é encontrado em um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), qual seja:
- (A) Lei Orçamentária Anual (LOA).
  - (B) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
  - (C) Plano Plurianual (PPA).
  - (D) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
  - (E) Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
12. O exercício do poder de polícia de uma autarquia em regime especial municipal possibilita a instituição do seguinte tributo:
- (A) imposto.
  - (B) tarifa.
  - (C) multa.
  - (D) contribuição especial.
  - (E) taxa.
13. As demandas judiciais contra uma autarquia do município de São Paulo podem causar impacto negativo nas contas públicas. A Procuradoria Geral do Município (PGM) classifica as ações judiciais, quanto à probabilidade de perda, em “provável”, “possível” e “remoto”, além de trazer a estimativa do impacto financeiro dos passivos contingentes. Dito isso, essas informações são encontradas
- (A) na lei orçamentária anual (LOA), no Anexo de Riscos Fiscais.
  - (B) na lei orçamentária anual (LOA), no Anexo de Metas Fiscais.
  - (C) na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), no Anexo de Riscos Fiscais.
  - (D) no plano plurianual (PPA), no Anexo de Riscos Fiscais.
  - (E) na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), no Anexo de Metas Fiscais.
14. A SP Regula, criada pela Lei Municipal nº 17.433/2020, constitui-se como autarquia de regime especial. Configura-se como uma das características das agências reguladoras constituídas como autarquias de regime especial
- (A) a maior autonomia administrativa, técnica ou financeira em comparação com as autarquias comuns.
  - (B) a apresentação de um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional como condição do recebimento do *status* de especial.
  - (C) a impossibilidade de extinção, possuindo prazo de duração indeterminado.
  - (D) o recebimento da qualificação especial por ter celebrado contrato de gestão diretamente com a Prefeitura.
  - (E) a subordinação direta ao Gabinete do Prefeito, sem intermediação das Secretarias Municipais ou de quaisquer outras entidades da Administração Indireta.
15. A realização do presente concurso público destina-se a selecionar 150 empregados públicos, que atuarão nas carreiras de Analista de Regulação de Serviços Públicos, Fiscal de Serviços Públicos Municipais e Técnico em Fiscalização de Serviços Públicos. Nesse sentido, ao serem empossados, esses agentes públicos serão
- (A) agentes necessários que, ao contrário dos agentes putativos, desempenham atividade pública de forma legítima, pois a investidura ocorreu dentro do procedimento legalmente exigido.
  - (B) celetistas, sem direito à licença-prêmio, ou seja, três meses de licença a cada cinco anos de efetivo exercício profissional como prêmio por assiduidade.
  - (C) agentes por colaboração, pois trabalharão diretamente com concessionários e permissionários nos serviços de iluminação pública e semáforos, coleta de resíduos sólidos, serviço funerário e cemiterial e mercados municipais.
  - (D) estatutários, ocupantes de cargo público, pois terão estabilidade funcional e só poderão ser demitidos por processo administrativo disciplinar (PAD), excesso de quadros ou insuficiência de desempenho.
  - (E) regidos pelo regime especial, podendo usufruir de estabilidade, 13º salário, férias, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, entre outros direitos trabalhistas.

16. O Ministério Público ingressou com uma Ação Civil Pública para reparação de danos ambientais decorrentes da operação ilegal de um aterro sanitário, realizada por uma concessionária de serviço público municipal. A probabilidade de perda dessa ação e a estimativa de impacto financeiro efetuadas são encontradas em qual dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?

- (A) Anexo de Investimento das Empresas Dependentes.
- (B) Anexo de Metas Fiscais.
- (C) Anexo da Dívida Pública.
- (D) Anexo de Riscos Fiscais.
- (E) Anexo de Despesas.

17. “O Cartão de Controle de Despesas – CCD consiste em um cartão de pagamento à vista, de aceitação internacional, emitido em nome da Unidade Orçamentária, subscrito no nome do portador e destinado a representantes do Governo Municipal de São Paulo, para aquisição de bens, serviços e demais despesas autorizadas abrangidas pelo regime especial de adiantamento” (Trecho extraído do *Manual de Utilização do Cartão de Controle de Despesas da Prefeitura do Município de São Paulo*).

O Cartão de Controle de Despesas (CDD) utilizado pelo governo municipal de São Paulo, popularmente conhecido como cartão corporativo, é um meio de pagamento das despesas com recursos provenientes de adiantamento. Nesse sentido, diz respeito a uma característica do regime de adiantamento

- (A) dispensa de empenho na dotação própria, dada a natureza ou urgência desse tipo de despesa.
- (B) atendimento a despesas corriqueiras de pequeno a médio vulto que exijam o pronto pagamento.
- (C) possibilidade de realização de mais de dois suprimentos de fundos a um mesmo servidor, desde que devidamente justificado na prestação de contas.
- (D) proibição de efetuar adiantamento a servidor em alance.
- (E) constituição como despesa extraorçamentária, não sendo necessário percorrer os estágios da despesa.

18. Leia o excerto.

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em primeiro turno na Sessão Plenária desta terça-feira (20.6) a previsão orçamentária da cidade para o ano que vem. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) está protocolada no PL (Projeto de Lei) nº 192/2023. Para 2024, o Orçamento da capital paulista proposto pela Prefeitura é de R\$ 107,3 bilhões.

O montante previsto é aproximadamente 12% maior em relação ao Orçamento de 2023, que é de R\$ 95,8 bilhões. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estima o valor de acordo com a receita – que é tudo aquilo que o Executivo arrecada – e com as despesas, que trata dos gastos municipais [...].

(Portal da Câmara Municipal de São Paulo. 20.06.2023)

Considerando-se o ciclo orçamentário, após a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) em primeiro turno, conforme mencionado na matéria, o passo seguinte corresponde

- (A) à segunda votação pelo plenário da Câmara Municipal, sendo necessária maioria absoluta para aprovação da LDO.
- (B) à verificação de compatibilidade com o plano plurianual (PPA) e a lei orçamentária anual (LOA).
- (C) à verificação, pelo Tribunal de Contas do Município, se a Câmara Municipal aprovou a LDO no prazo determinado em lei.
- (D) à discussão em audiência pública juntamente à população, que será ouvida de maneira deliberativa.
- (E) ao encaminhamento ao Prefeito, para sanção e publicação ou veto parcial ou total, com retorno à Câmara Municipal.

19. Um município apresentou, em determinado período de apuração, receita corrente líquida (RCL) no valor de R\$ 100 milhões. Então, o limite máximo da despesa total com pessoal desse município é de

- (A) R\$ 40.900.000.
- (B) R\$ 50.000.000.
- (C) R\$ 54.000.000.
- (D) R\$ 60.000.000.
- (E) R\$ 49.000.000.

20. Ao final do exercício financeiro, costumam haver despesas efetuadas pelo município que, por não completarem os estágios da despesa pública, são inscritas em restos a pagar. Sobre restos a pagar, é correto afirmar que

- (A) despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro não podem ser inscritas em restos a pagar.
- (B) restos a pagar não processados foram liquidados até o dia 31 de dezembro, mas não foram pagos.
- (C) restos a pagar processados estão pendentes de liquidação e pagamento.
- (D) despesas podem ser inscritas em restos a pagar apenas na ausência de disponibilidade de caixa.
- (E) o demonstrativo dos restos a pagar acompanha o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA

21. A Câmara Municipal de São Paulo criou regularmente uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apuração de determinado fato. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, é correto afirmar que a CPI detém, entre outros, poderes expressos para
- (A) decretar quebra do sigilo das comunicações telefônicas do investigado; e determinar medidas assecuratórias de interesse da investigação, como a decretação de indisponibilidade de bens do acusado.
  - (B) convocar os Secretários Municipais, os responsáveis pela administração direta e indireta e os Conselheiros do Tribunal de Contas para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições; e decretar a indisponibilidade de bens do acusado.
  - (C) tomar depoimento de autoridade municipal, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso, nos termos da Lei; e proceder às verificações contábeis em livros, papéis e documentos de órgãos da administração direta, indireta e fundacional.
  - (D) proceder às verificações contábeis em livros, papéis e documentos de órgãos da administração direta, indireta e fundacional; e determinar diligência de busca e apreensão em domicílio do investigado.
  - (E) determinar o arresto de bens do investigado e a quebra do seu sigilo bancário; e solicitar ao Prefeito informações sobre assuntos inerentes à administração.
22. O Prefeito do Município de São Paulo enviou projeto de lei de sua iniciativa à Câmara de Vereadores e solicitou o seu trâmite em regime de urgência. Considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal a respeito da matéria, é correto afirmar que o Poder Legislativo Municipal terá o prazo para deliberação de até
- (A) 30 (trinta) dias, que não corre no período de recesso, e após esse prazo o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.
  - (B) 30 (trinta) dias, que não corre durante o recesso, e após esse prazo o projeto será considerado tacitamente aprovado e deverá ser promulgado pelo Prefeito.
  - (C) 20 (vinte) dias, que não corre no período de recesso, e após esse prazo o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.
  - (D) 30 (trinta) dias, que corre no período de recesso, e após esse prazo o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.
  - (E) 45 (quarenta e cinco) dias, que não corre no período de recesso, e após esse prazo o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime a votação.
23. Herculano, que é servidor da Prefeitura do Município de São Paulo responsável pelo controle interno da Administração, tomou conhecimento de atos considerados irregulares e violadores ao artigo 37 da Constituição Federal. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município a respeito da matéria, é correto afirmar que Herculano, na hipótese apresentada, deverá
- (A) representar à autoridade competente, dando ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.
  - (B) representar à autoridade competente, dando ciência à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.
  - (C) mandar instaurar o competente processo administrativo e dar ciência dos fatos ao Ministério Público para as providências cabíveis, sob pena de responder por ato de improbidade.
  - (D) mandar instaurar o competente processo administrativo e dar ciência dos fatos ao Ministério Público para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.
  - (E) dar ciência à autoridade administrativa competente, para as providências administrativas cabíveis, e oficiar à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade subsidiária.

- 24.** Nos termos do que dispõe a Lei nº 14.141/2006 (Dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal), é correto afirmar que a competência no processo administrativo, exercida pelo agente público a que foi atribuída como própria, é
- (A) renunciável apenas em favor de autoridade hierarquicamente inferior, admite a avocação temporária e a delegação de funções dos órgãos colegiados.
  - (B) irrenunciável, admite a avocação temporária e é delegável nas hipóteses em que as matérias são de sua competência exclusiva.
  - (C) irrenunciável e indelegável, mas admite a avocação, salvo a temporária de competência atribuída a órgão ou autoridade hierarquicamente inferior.
  - (D) irrenunciável, admite a avocação temporária e é delegável, mas a delegação é revogável a qualquer tempo pela própria autoridade delegante.
  - (E) irrenunciável, não admite a avocação temporária e é delegável, inclusive no tocante à edição de atos de caráter normativo e à decisão de recursos administrativos.
- 25.** Suponha que a Administração pública tomou conhecimento por meio de terceiro que um ato praticado em um processo administrativo foi exarado com vício que o torna ilegal, mas tal ato, fora produzido há quatro anos. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Municipal nº 14.141.2006, que trata da matéria, é correto afirmar que
- (A) por estar dentro do prazo legal, o ato deverá ser invalidado, de ofício ou a pedido do interessado, salvo se o ato for passível de convalidação ou se da irregularidade não resultou prejuízo.
  - (B) a Administração deverá anular o referido ato, de ofício ao ou por provocação do interessado, ainda que seja passível de convalidação, pois não restou ultrapassado o prazo legal para a invalidação.
  - (C) se o ato não for passível de convalidação e o prazo de invalidação não tiver sido ultrapassado, o ato poderá ser anulado, sendo necessário, contudo, o pedido da parte interessada, não cabendo anulação de ofício.
  - (D) a Administração poderia anular o ato, de ofício ou a pedido do interessado, seja ele passível ou não de convalidação, mas o prazo de invalidação restou ultrapassado.
  - (E) o ato deverá ser anulado, de ofício ou a pedido do interessado, pois está dentro do prazo de invalidação, o que deverá ser feito apenas se da irregularidade não resultou prejuízos.
- 26.** O Prefeito do Município pretende dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública Municipal por meio de decreto. Segundo o que estabelece a Lei Municipal nº 16.974/2018 a respeito da matéria, é correto afirmar que essa espécie normativa poderá ser utilizada pelo Chefe do Poder Executivo na seguinte hipótese:
- (A) para extinção de funções ou cargos públicos vagos.
  - (B) para a criação de órgãos públicos.
  - (C) para alteração das referências de remuneração dos cargos públicos.
  - (D) para alteração dos requisitos para provimento de empregos públicos.
  - (E) para a extinção de órgãos públicos.
- 27.** As entidades da administração indireta do Município de São Paulo deverão observar requisitos de transparência, quando couber, os quais poderão ser incluídos na elaboração e divulgação do Compromisso de Desempenho Institucional – CDI e de seus relatórios de acompanhamento. Nesse sentido, o Decreto Municipal n. 58.093/2018 dispõe que o CDI
- (A) não poderá ser dispensado e nem substituído por outros documentos.
  - (B) poderá ser dispensado, justificadamente, pela Junta Orçamentário-Financeira-JOF se houver controle finalístico já exercido pela Controladoria Geral do Município.
  - (C) poderá ser dispensado, justificadamente, pela Junta Orçamentário-Financeira – JOF em virtude de controle finalístico já exercido pela Secretaria Municipal à qual a entidade se encontra vinculada.
  - (D) poderá ser dispensado, justificadamente, pela Secretaria Municipal à qual se encontra vinculada, e substituído por outros documentos exigidos pela Procuradoria Geral do Município.
  - (E) poderá ser dispensado e os requisitos comprovados por meio de relatórios periódicos a cargo da Controladoria Geral do Município.

- 28.** No tocante ao rastreamento por satélite na utilização dos veículos oficiais, a Lei Municipal nº 17.273/2020 dispõe que esse serviço
- (A) deverá ser utilizado para todos os veículos de propriedade ou a serviço da administração direta, indireta ou autárquica municipal, devendo ser registrados na repartição competente os dados por ele obtidos, exceto os nomes do usuário e do motorista, em observância ao princípio da impessoalidade.
  - (B) não poderá ser utilizado para os veículos de propriedade ou a serviço da administração municipal, por motivos de segurança, devendo a respectiva autoridade competente da administração direta, indireta ou autárquica municipal efetuar o controle do uso dos veículos oficiais por meio de relatórios mensais a serem disponibilizados no Portal da Transparência da Administração Municipal.
  - (C) deverá ser utilizado para os veículos de propriedade ou a serviço da administração, indireta ou autárquica municipal, sendo vedado o uso para os da administração direta, que deverá ter controle separado de uso, para atender exigências do Tribunal de Contas do Estado.
  - (D) deverá ser utilizado para todos os veículos de propriedade ou a serviço da administração direta, indireta ou autárquica municipal, salvo os veículos usados pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito, e os dados por ele obtidos, bem como os respectivos relatórios que justifiquem a utilização dos veículos deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência da Administração Municipal, salvo os casos de sigilo.
  - (E) deverá ser utilizado para todos os veículos de propriedade ou a serviço da administração direta, indireta ou autárquica municipal e os dados por ele obtidos, bem como os respectivos relatórios que justifiquem a utilização dos veículos deverão ser disponibilizados no Portal da Transparência da Administração Municipal, salvo os casos de sigilo.
- 29.** Num processo de liquidação e pagamento das despesas provenientes de compras, o fiscal do contrato verificou que a respectiva nota fiscal da empresa contratada não estava em conformidade com o previsto na Portaria SF nº 170/2020 do Município de São Paulo. Nessa situação hipotética, e considerando o disposto na referida portaria, é correto afirmar que
- (A) deverá ser dada oportunidade para contratada emitir uma nova nota no prazo de 30 (trinta) dias, e, se a contratada não o fizer e nem justificar o motivo de eventual recusa em fazê-lo, o pagamento deverá ser retido até a sua efetiva regularização.
  - (B) deverá ser solicitada à contratada o cancelamento ou a substituição da nota fiscal ou documento equivalente e, se a contratada, sem a devida fundamentação legal, não concordar com a substituição da nota fiscal, deverá ser glosado o valor apurado.
  - (C) o fiscal do contrato deverá promover a autuação da irregularidade, aplicando a multa prevista no respectivo contrato e se a contratada não efetuar o seu pagamento, o valor da multa deverá ser deduzido do seu crédito.
  - (D) a nota fiscal deverá ser cancelada pela contratada e a respectiva compra deverá ser devolvida pela administração, aplicando-se a multa contratual prevista para a hipótese.
  - (E) o fiscal do contrato deverá notificar a contratada, para promover a regularização do documento, no prazo de até 30 (trinta) dias, e se a contratada não atender à solicitação fiscal, deverá ser efetuado o cancelamento da compra.
- 30.** A Lei Municipal nº 16.703/2017 autoriza o Poder Executivo a outorgar concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD. Nesse sentido, no caso das concessões a que se refere a Lei, serão observados, entre outros, os seguintes condicionamentos:
- (A) será obrigatória a cobrança de ingresso para acesso às áreas abertas e fechadas dos parques públicos.
  - (B) não poderá haver vantajosidade econômica em projeto de concessão do sistema de arrecadação das tarifas do Transporte Coletivo Urbano de Passageiros.
  - (C) fica vedada a concessão, entre outros bens públicos, do Mercado Municipal Paulista (Mercadão) e o Complexo de Interlagos, composto pelo Autódromo Municipal José Carlos Pace e pelo Kartódromo Ayrton Senna
  - (D) será concedido direito de preferência em igualdade de condições aos atuais permissionários que atuam em mercados e sacolões municipais.
  - (E) será garantida nas praças e parques, com ônus para os organizadores, a realização de manifestações de natureza artística de pequeno porte e não comerciais.

31. O partido político ABC, que conta com apenas um Deputado Federal, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, na qual questiona uma lei estadual, alegando violação direta de dispositivos da Constituição Federal, e postula a concessão de medida cautelar para a suspensão imediata do referido diploma normativo. Considerando o tratamento jurídico da ADI no direito pátrio, assinale a alternativa correta a respeito da matéria.
- (A) Se for concedida a medida cautelar, esta torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário, sendo que a ADI não admite desistência.
- (B) A ADI deverá ser extinta, sem julgamento de mérito, por ausência de ilegitimidade do Partido ABC para ajuizar a referida ação.
- (C) Se a petição inicial for inepta, não fundamentada ou manifestamente improcedente, ela será liminarmente indeferida pelo relator, decisão da qual não cabe recurso.
- (D) A ADI ajuizada pelo Partido ABC poderá ser conhecida e julgada pelo STF, desde que o autor da ação comprove a pertinência temática.
- (E) Admitida a ADI, no caso, após a obrigatória oitiva do Procurador-Geral da República, eventual concessão da medida cautelar, terá em regra efeitos *ex nunc*.
32. Assinale a alternativa que corretamente contempla hipótese de cabimento de mandado de segurança.
- (A) Mandado de segurança impetrado originariamente no Supremo Tribunal Federal contra atos de outros tribunais.
- (B) Mandado de segurança impetrado contra decisão judicial transitada em julgado.
- (C) Impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados, sem a autorização destes.
- (D) Impetração de mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- (E) Impetração do mandado de segurança para a preservação da competência e garantia da autoridade das decisões do STF.
33. A Primeira Turma de julgamento do STF declarou a inconstitucionalidade de uma lei, em sede de apreciação de recurso extraordinário, por maioria simples, sem levar a questão ao plenário do Tribunal. Nessa situação hipotética, considerando as regras do sistema de controle de constitucionalidade brasileiro a respeito da cláusula da reserva de plenário, é correto afirmar que a referida decisão
- (A) está correta, pois, no caso, não se faz mister aplicar a cláusula por se tratar de decisão do próprio STF.
- (B) permite a dispensa da cláusula se foi proferida com base em jurisprudência do Plenário ou em súmula do STF.
- (C) terá ainda que ser submetida ao plenário do STF para confirmação da declaração de inconstitucionalidade.
- (D) violou a cláusula por não ter sido efetivada por maioria absoluta da Turma.
- (E) permite que seja dispensada a cláusula por se tratar de julgamento que tem efeitos apenas *inter partes*.
34. Suponha que um Município tenha preterido um credor e desrespeitado a ordem cronológica de preferência de pagamentos de precatórios. Consequentemente, se a referida questão chegar ao Tribunal de Justiça, este poderá determinar, entre outras sanções, caso necessária e de forma extraordinária, a intervenção do Estado-membro no Município, que é uma decisão
- (A) judicial típica, da qual cabe recurso extraordinário.
- (B) administrativa, da qual cabe recurso extraordinário.
- (C) judicial típica, da qual não cabe recurso extraordinário.
- (D) política, da qual cabe recurso ordinário constitucional.
- (E) político-administrativa, da qual não cabe recurso extraordinário.
35. O Estado aprovou lei que veda a fabricação e comercialização de armas de brinquedo no seu território. Nessa situação hipotética, considerando o entendimento do STF e as regras constitucionais de repartição de competências entre os entes federativos, é correto afirmar que a referida norma é
- (A) constitucional, com fundamento na competência concorrente do Estado para legislar sobre direito do consumidor e proteção da infância e da juventude.
- (B) constitucional, tendo em vista a competência suplementar do Estado para legislar sobre assuntos de interesse local.
- (C) inconstitucional, tendo em vista que invadiu a competência privativa da União para legislar sobre produção e consumo.
- (D) inconstitucional, tendo em vista que o Estado não tem competência para legislar sobre a matéria.
- (E) constitucional, tendo em vista a competência privativa do Estado para legislar sobre direitos do consumidor.

36. Assinale a alternativa correta a respeito do processo legislativo brasileiro.
- (A) A sanção do projeto de lei convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa.
  - (B) É da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo projeto de lei que estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público, por se tratar de matéria relativa a servidores públicos.
  - (C) Emenda à Constituição estadual é a espécie legislativa adequada para estabelecer as hipóteses e matérias sobre as quais o Chefe do Poder Executivo Estadual não pode apresentar projetos de lei.
  - (D) Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a administração pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.
  - (E) Cabe ao chefe do Poder Executivo a prerrogativa constitucional de fazer instaurar, com exclusividade, o competente processo legislativo em matéria tributária.

37. Suponha que o administrador público estadual, antes da celebração de um vultoso contrato administrativo, pretenda obter o parecer prévio do competente Tribunal de Contas do Estado sobre a validade do contrato, para evitar futuros problemas ou a anulação da avença. Nesse sentido, considerando o regime jurídico do órgão de contas, é correto afirmar que
- (A) não será possível ao Tribunal de Contas emitir parecer prévio, no caso, uma vez que ele não tem essa atribuição.
  - (B) a consulta poderá ser feita, mas o respectivo parecer do Órgão de Contas será vinculativo.
  - (C) eventual apreciação do Tribunal de Contas que venha a constatar irregularidade ou ilegalidade, no caso, resultará em responsabilidade do administrador.
  - (D) a consulta poderá ser feita, mas o respectivo parecer do Órgão de Contas não será vinculativo.
  - (E) o Tribunal de Contas poderá se pronunciar apenas sobre os aspectos da estrita legalidade, não podendo se manifestar sobre o mérito do contrato.

38. Como se sabe, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) sofreu várias alterações em decorrência da aprovação da Lei nº 14.230/2021. Nesse sentido, é correto afirmar que a norma que determinou a revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa
- (A) é irretroativa, como regra, não podendo incidir em relação à eficácia da coisa julgada, mas será aplicada durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
  - (B) é retroativa e deve alcançar todos os casos de atos praticados antes da entrada em vigor da nova lei, inclusive processos de execução da pena.
  - (C) é irretroativa, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
  - (D) é retroativa, devendo alcançar situações de atos praticados na vigência do regime anterior, mesmo havendo coisa julgada.
  - (E) deve ser aplicada aos processos em andamento, sem coisa julgada, ficando vedado ao juízo analisar eventual dolo por parte do agente.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

39. Afrodite, que é autoridade de alto cargo na Administração Pública, delegou a Narciso, que também é servidor público, a sua competência para julgar recurso de um determinado processo administrativo. Paralelamente, Afrodite, por circunstâncias de índole técnica, avocou extraordinária e temporariamente a competência administrativa de Hércules, seu subordinado.
- Considerando a situação hipotética apresentada, bem como o disposto na Lei Federal nº 9.784/99, é correto afirmar que
- (A) a delegação e a avocação efetuadas pressupõem relação hierárquica entre as partes envolvidas.
  - (B) a delegação de Afrodite para Narciso se revela ilegal em razão do seu objeto.
  - (C) circunstâncias de índole técnica não têm o condão de permitir a avocação da competência de Hércules.
  - (D) eventual prejudicado por ato de Narciso não poderá impetrar mandado de segurança contra ele, que agiu por delegação.
  - (E) a transferência de competência por delegação equivale à sua renúncia, não podendo ser revertida.

40. A Lei Federal nº 13.848/2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, estabelece que o Ouvidor
- (A) poderá ter participação em empresa sob regulação da respectiva agência reguladora, mas apenas de forma indireta.
  - (B) terá acesso a todos os processos da agência reguladora, mas seus relatórios não terão caráter impositivo.
  - (C) somente perderá o cargo por exoneração ou condenação judicial transitada em julgado.
  - (D) terá mandato de 3 (três) anos, sendo permitida uma única recondução ao cargo.
  - (E) não tem a obrigação de manter sigilo sobre as informações de caráter reservado ou confidencial.
41. Suponha que o Município de São Paulo tenha ingressado em um consórcio público com outros Municípios, inclusive de outros Estados, para a realização de objetivos de interesse comum.
- Nesse sentido, considerando o disposto na Lei Federal nº 11.107/05, é correto afirmar que
- (A) o consórcio poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, sendo exigida a licitação.
  - (B) desde que haja autorização legislativa, o consórcio poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados.
  - (C) o consórcio poderá firmar convênios, contratos e acordos, mas não poderá receber subvenções sociais de outras entidades e órgãos do governo.
  - (D) a União somente participará do consórcio se dele fizerem parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
  - (E) o contrato deverá estabelecer as contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, sendo vedadas doações de bens móveis e imóveis.
42. A respeito das entidades do serviço social autônomo, é correto afirmar que
- (A) estão obrigadas a fazer concurso público para contratação de seus funcionários, mas não gozam de imunidade tributária de qualquer espécie.
  - (B) devem observância aos princípios constitucionais da Administração Pública e se submetem a regras do regime jurídico administrativo.
  - (C) são criadas por lei e devem obediência a legislação do direito público, inclusive no que se refere ao regime de pessoal e ao processo de compras de bens e serviços.
  - (D) fazem parte da Administração Indireta e submetem-se às normas constitucionais referentes à administração pública.
  - (E) são pessoas jurídicas de direito privado e adquirem personalidade jurídica com a inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
43. Nos termos da Lei nº 9.637/1998, quanto ao fomento às atividades sociais das entidades qualificadas como organizações sociais, é correto afirmar que
- (A) é vedada a adição de parcela de recursos, vinculada aos créditos orçamentários, para o custeio do contrato de gestão para compensar desligamento de servidor cedido às organizações sociais.
  - (B) serão assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas contrapartidas financeiras, que serão liberadas pelo critério de produtividade.
  - (C) é facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, que deverá se dar sem ônus para a origem.
  - (D) às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
  - (E) será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.
44. Estabelecida parceria entre a administração pública e uma organização da sociedade civil, com base na Lei nº 13.019/2014, a respeito da movimentação e aplicação financeira dos correspondentes recursos, é correto afirmar que
- (A) poderá ser admitida a realização de pagamentos em espécie, demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica.
  - (B) qualquer movimentação de recursos no âmbito da parceria somente poderá ser realizada mediante prévia autorização do representante da Administração Pública.
  - (C) os rendimentos de ativos financeiros não poderão ser utilizados pela sociedade parceira, devendo ficar depositados até a prestação de contas final.
  - (D) na movimentação de recursos no âmbito da parceria, são vedados pagamentos diretamente na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
  - (E) serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública escolhida pela sociedade parceira.

**45.** Com planos de realizar uma apresentação artística na cidade, o Município pretende contratar determinado cantor famoso por meio de contrato a ser firmado com um empresário que tem a representação do artista restrita a um local específico.

Nessa situação retratada, tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a pretendida contratação

- (A) poderá ser feita diretamente, por dispensa ou inexigibilidade, a critério do administrador.
- (B) deve ser feita diretamente, no caso, por inexigibilidade de licitação.
- (C) não permite que seja feita diretamente por inexigibilidade, em face da representação restrita do empresário.
- (D) não poderá ser realizada com um artista específico, devendo ser feita licitação para permitir a participação de outros cantores.
- (E) poderá ser feita diretamente, por dispensa de licitação.

**46.** Na hipótese de um órgão da Administração Pública Municipal precisar celebrar contrato de serviços e fornecimentos contínuos, a Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que

- (A) o contrato de fornecimento contínuo não poderá ser utilizado para o aluguel de equipamentos e a utilização de programas de informática.
- (B) a autoridade competente do órgão contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual.
- (C) poderá ser celebrado contrato com prazo máximo de até 3 (três) anos, prorrogáveis por mais uma vez pelo mesmo prazo.
- (D) a falta de disponibilidade de créditos orçamentários para a continuidade do contrato não se constitui em motivo para a sua extinção.
- (E) se a Administração vier a entender que o contrato não mais lhe ofereça vantagem, ela poderá extinguir o contrato a qualquer momento.

**47.** Suponha que uma concessionária de serviço público esteja para celebrar contrato de financiamento e como garantia pretenda oferecer os direitos emergentes da concessão.

Essa pretensão da concessionária, nos termos da Lei nº 8.987/95,

- (A) é vedada, salvo se a concessionária oferecer garantia adicional ao poder concedente.
- (B) é expressamente vedada.
- (C) é permitida, mediante prévia e expressa anuência do poder concedente, desde que não afete a qualidade do serviço prestado.
- (D) é permitida até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.
- (E) é permitida, mas até o valor máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato, desde que não comprometa a qualidade do serviço público.

**48.** O Tribunal de Contas da União, na sua função de fiscalização, se deparou com um contrato administrativo que entende ser irregular. Consequentemente, conforme dispõe a Carta Magna brasileira, nessa situação hipotética, o Órgão de Contas deverá

- (A) sustar a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados.
- (B) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- (C) sustar a execução do contrato, comunicando a decisão ao Senado Federal.
- (D) solicitar ao poder competente que tome as medidas para sanar a irregularidade e, se não atendido, sustar a execução do contrato.
- (E) representar ao Poder competente sobre a irregularidade, sendo que o ato de sustação do contrato será adotado pelo Congresso Nacional.

**49.** Policarpo protocolou perante a autoridade administrativa competente uma representação, relatando a prática de ato de improbidade cometido por agente público, pedindo a competente apuração sobre os fatos. A referida representação, escrita e assinada, continha a qualificação de Policarpo, as informações sobre o fato e sua autoria, mas não indicava nenhuma prova sobre o ocorrido.

Nessa situação hipotética, segundo a Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que a autoridade que recebeu a representação de Policarpo

- (A) determinará a imediata apuração dos fatos, observada a legislação que regula o processo administrativo disciplinar aplicável ao agente.
- (B) rejeitará a representação, em despacho fundamentado, por não atender as formalidades legais, mas a rejeição não impedirá a representação ao Ministério Público.
- (C) dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de representação para apurar os fatos, se estes caracterizarem improbidade administrativa.
- (D) deverá receber a representação e poderá decretar a indisponibilidade de bens do agente, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- (E) não poderá deixar de receber a representação, devendo encaminhá-la à autoridade policial para abertura de inquérito policial, no qual serão colhidas as eventuais provas sobre o fato ocorrido.

50. Segundo o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa que contempla corretamente uma medida que poderá ser tomada pelo administrador, sem que seja considerada como renúncia de receita.

- (A) Remissão.
- (B) Crédito presumido.
- (C) Subsídio.
- (D) Concessão de isenção em caráter geral.
- (E) Anistia.

51. Determinado Prefeito municipal aplicou indevidamente verbas públicas federais oriundas do Fundo Nacional de Saúde (FNS) destinadas ao programa nacional de combate à doença epidêmica para o pagamento de débitos da Secretaria Municipal de Saúde com o instituto municipal de previdência.

Segundo o que dispõe o Decreto-Lei nº 201/67, essa conduta do prefeito

- (A) é considerada uma infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 8 (oito) anos.
- (B) é considerada uma infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato.
- (C) é considerada crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
- (D) é considerada crime de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, dependente de prévio pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
- (E) não é considerada crime, tendo em vista que a verba desviada foi utilizada para fins públicos e não em proveito próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal e por não ter havido prejuízo aos cofres públicos.

52. A forma de prestação de serviços por terceiros de que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, segundo a legislação pátria, se perfaz por meio da

- (A) Concessão Patrocinada.
- (B) Concessão Comum.
- (C) Privatização.
- (D) Concessão Administrativa.
- (E) Desestatização.

53. No regime jurídico constitucional, a ordem econômica é orientada

- (A) pela subsidiariedade da intervenção do Estado na economia, por meio da criação de empresas estatais apenas quando houver imperativos de segurança nacional ou relevante interesse público que justifiquem sua excepcional atuação.
- (B) pela intervenção direta do Estado na economia por meio da titularidade da prestação de serviços públicos, como saúde e educação, que podem ser explorados pela iniciativa privada apenas em caráter complementar.
- (C) pela intervenção indireta do Estado na economia, por meio de criação de empresas estatais destinadas à produção de bens e serviços em setores de livre concorrência visando a ampliar a competição.
- (D) pela repressão ao abuso econômico, podendo o Estado estipular limites e patamares de lucros considerados abusivos, como é o caso da limitação de juros de 1% ao mês às instituições financeiras.
- (E) pelo planejamento, determinante para os setores públicos e privados, delimitando e conformando o mercado com regras impositivas para garantia de sua racionalidade.

54. Na análise econômica do direito, a “teoria dos jogos” contribui decisivamente para se encontrar uma solução eficiente em um caso concreto. É representativa da “teoria dos jogos” a situação em que se

- (A) avalia a obtenção do ponto de equilíbrio entre a demanda e a oferta de determinado bem ou serviço escasso para definição de preços e quantidades.
- (B) quantifica a relação entre os custos e os benefícios para definir se determinada política pública será executada diretamente pela Administração Pública ou de modo indireto, por meio de delegação ou contratação de terceiros.
- (C) avaliam, em uma relação de troca, quais os custos ou malefícios serão ocasionados para terceiros não envolvidos e indiferentes na transação.
- (D) avaliam as estratégias racionais de concorrência ou cooperação entre agentes diante da prática de um mesmo ato ilícito, como confessar, delatar ou ficar silente perante a autoridade pública, visando a maximização de seu bem-estar.
- (E) apuram as características da demanda dos usuários de serviços públicos em determinadas situações de tempo e espaço para melhor definição de medidas de regulação técnica.



55. Sobre a regulação estatal, é correto afirmar:

- (A) A regulação discricionária, que ocorre pela complementação de conceitos vagos ou indeterminados previstos em leis setoriais é inconstitucional, faltando-lhe competência para editar atos normativos.
- (B) Entende-se por autorregulação a ausência da regulação institucionalizada, pública ou privada, ficando os agentes sujeitos à mão invisível do mercado.
- (C) A regulação e a regulamentação são expressões sinônimas e com efeitos jurídicos equivalentes, haja vista que a regulação se limita à edição de atos administrativos complementares, cuja formação exige maior complexidade técnica.
- (D) A regulação pode ter função de direção e de sanção, sendo vedada a regulação por incentivos, pois é incompatível com a natureza impositiva da atividade estatal exercida.
- (E) Dentre as principais finalidades da regulação econômica está a reparação de falhas de mercado, visando promover ou simular o mercado perfeitamente competitivo no respectivo setor.

56. Nos contratos de concessão de longo prazo submetidos à regulação, há uma tendência de aumento do conhecimento das peculiaridades da execução do objeto da concessão no tempo, do regulador para o regulado. Isso porque o regulado tem o contato direto com a operação do serviço, o que lhe permite adotar condutas oportunistas, reduzindo as chances de serem identificadas ou penalizadas pelo regulador com o transcurso do tempo. Em caso julgado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) relativo à prorrogação antecipada de Malha Ferroviária Paulista, existiam pendências contratuais relacionadas a passivos ambientais e trechos abandonados. O contrato de concessão atribuiu à concessionária a incumbência de realizar o cálculo do valor exato do débito por meio de inventário a ser elaborado por um terceiro por ela contratado. Essa tarefa seria executada depois da assinatura do termo aditivo de prorrogação ao contrato. O TCU identificou que poderia haver “interesse inerente da empresa para majorar o valor do ressarcimento que seria a ela devido, bem assim a segurança de já haver sido prorrogado o prazo da concessão”, condenando a previsão contratual.

Esses fatos, considerados como uma falha de mercado, representam a seguinte teoria econômica:

- (A) Custos de transação.
- (B) Assimetria da informação, pela seleção adversa.
- (C) Assimetria da informação, pelo risco moral.
- (D) Captura do regulador.
- (E) Escolha Pública.

57. Sobre as distinções entre as competências e capacidades regulatórias e concorrenciais, assinale a alternativa correta.

- (A) A regulação tem uma abrangência mais ampla, de caráter redistributivo e conformadora de novos mercados, ao passo que a concorrência se dedica à repressão de desvios praticados por agentes econômicos com posição dominante no mercado.
- (B) Serviços públicos delegados com exclusividade constituem-se como monopólios naturais e, por isso, caracterizam-se como situação de abuso de posição dominante do concessionário a ser reprimida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
- (C) São padrões típicos da defesa da concorrência a substituição do mercado na definição do preço a ser cobrado pelo ofertante e a exigência de padrões mínimos de qualidade e segurança no fornecimento de demais bens e direitos.
- (D) O sistema de isenção antitruste é aquele em que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é o responsável pela aplicação das normas de defesa da concorrência no setor regulado, em sobreposição e com exclusão da Agência Reguladora. Trata-se de posição acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça no caso Banco Central x CADE.
- (E) Em regra, a regulação econômica recomenda prioritariamente a duplicação de uma indústria de rede, especialmente quando a infraestrutura for essencial ou inerente à exploração de serviço público.

58. A partir da teoria geral da regulação, é correto afirmar:

- (A) A regulação setorial não pode se valer de medidas anticoncorrenciais, como é o caso da fixação de tarifas sociais que, a pretexto de buscarem o interesse público, oneram a tarifa nas demais faixas de consumo para viabilizar o subsídio cruzado, encarecendo o serviço público essencial para os demais usuários.
- (B) A primeira onda regulatória tem viés exclusivamente econômico, destinada a suprir insuficiências e deficiências do mercado, enquanto a segunda onda regulatória é orientada para outros fins de natureza sociopolíticas, como a regulação destinada à proteção de direito das minorias.
- (C) A regulação econômica é destinada a suprir a insuficiências e deficiências do mercado. Portanto, a universalização de determinado serviço pela concessão de exclusividade em favor do agente que atua em monopólio natural é contrária à regulação econômica.
- (D) É característica da regulação técnica a atuação posterior e repressiva da Agência Reguladora no segmento regulado, em razão de seu caráter predominantemente sancionatório.
- (E) O *Sandbox* Regulatório é um ambiente regulatório rígido, criado com a finalidade de concentrar esforços quanto à obrigatoriedade de cumprimento estrito de normas técnicas para que novos produtos e serviços inovadores não causem lesão aos usuários e à concorrência.

59. Na concessão de serviços públicos, a revisão tarifária pode ser baseada em um preço teto. No caso de monopólio natural, dá-se tal modalidade de revisão por meio da regulação por desempenho, que consiste
- (A) na fixação de descontos tarifários devidos em razão da frustração de padrões técnicos ou de qualidade na prestação de serviços a título de sanção, mediante a prévia aplicação do contraditório e da ampla defesa.
  - (B) na recondução do equilíbrio econômico financeiro inicial da concessão por ocasião de um evento superveniente, alocado como risco assumido pela parte que não sofreu suas consequências.
  - (C) na aplicação de um índice de preços contratual destinado à recomposição das perdas inflacionárias do período.
  - (D) na criação de um sistema de incentivos, baseando-se em uma empresa modelo a partir das características de empresas do mesmo segmento econômico, que será o parâmetro para avaliação dos custos e dos resultados produzidos pela empresa regulada.
  - (E) na aplicação de uma taxa de retorno sobre os ativos, sendo autorizados proveitos destinados a cobrir o custo de exploração e a remuneração do capital investido.
60. Quanto à possibilidade de cobrança de valor de concessão de serviço público pelo fato de ela estar utilizando faixas de domínio de uma rodovia, assinale a alternativa correta.
- (A) O ente público responsável pela concessão da rodovia pode cobrar taxa diretamente da concessionária que utilize a faixa de domínio, de acordo com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) É constitucional norma municipal que onere contrato de concessão de energia elétrica pela utilização de faixas de domínio público adjacentes a rodovias estaduais ou federais.
  - (C) A concessionária de serviço público rodoviário não pode cobrar pelo uso da faixa de domínio por terceiro, porque se trata de bem público que pode ser utilizado por qualquer do povo gratuitamente.
  - (D) As concessionárias de serviço público que explorem a infraestrutura rodoviária podem efetuar a cobrança pela utilização de faixas de domínio de rodovia, haja vista que são titulares do bem público e, por isso, podem ser remuneradas pelo uso por terceiro a título de receitas acessórias.
  - (E) As concessionárias de serviço público estadual podem efetuar a cobrança pela utilização de faixas de domínio de rodovia, mesmo em face de outra concessionária delegatária de serviço público federal, desde que haja previsão editalícia e contratual.
61. Sobre os instrumentos para a recomposição do equilíbrio econômico financeiro de uma concessão comum em favor do concessionário, considerando preenchidos todos os requisitos formais para o seu deferimento no caso concreto, assinale a alternativa correta.
- (A) Não é possível adotar a redução dos encargos contratuais do concessionário para recomposição do desequilíbrio, em razão da ofensa à isonomia e da licitação, com potencial prejuízo à adequação do serviço.
  - (B) O aumento tarifário para recomposição do desequilíbrio econômico financeiro do contrato viola o princípio da modicidade tarifária e, por isso, não será opção válida para o reequilíbrio.
  - (C) O reequilíbrio econômico financeiro somente é possível por meio de pagamento em dinheiro, sob a forma de indenização, porque o desequilíbrio não deixa de ser um inadimplemento contratual do Concedente.
  - (D) É possível o aditamento do cronograma de investimentos para postergação dos investimentos inicialmente previstos como forma potencialmente capaz de promover o reequilíbrio do contrato.
  - (E) É possível prorrogar o prazo da concessão, estendendo-a por prazo indeterminado e suficiente para que o concessionário receba as receitas tarifárias necessárias para neutralizar o desequilíbrio sofrido.
62. Suponha que a administração do Estádio do Pacaembu, bem público Municipal, planeje ceder os direitos de nome (*Naming Rights*) à marca notória e de empresa mundialmente conhecida, patrocinadora de grandes eventos esportivos. Sobre esse procedimento, é correto afirmar que se trata de modalidade de
- (A) desestatização admitida em lei municipal, devendo ser formalizada mediante contrato que preveja, dentre outros, contrapartida mínima na promoção de requalificações e eventos esportivos no próprio equipamento.
  - (B) concessão de uso de bem público onerosa admitida em lei municipal, devendo ser formalizada mediante contrato, vedada a destinação de recursos para auxílio de atletas e equipes que utilizem o equipamento público.
  - (C) cessão de uso de bem público que depende de prévia autorização legal específica em razão da alteração da denominação de bem público, a ser formalizada mediante contrato.
  - (D) cessão de direitos vedada, porque a alienação de nome de bem municipal envolve disposição de direito indisponível e inerente ao patrimônio histórico e cultural do município.
  - (E) contrato comum de cessão de direitos que poderá ser onerosa ou gratuita, devendo, nesta hipótese, haver obrigatoriamente contrapartida do interessado na ampliação, readequação e manutenção da infraestrutura do equipamento público municipal esportivo.

- 63.** Pessoa jurídica especializada na estruturação de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo, com contratos de prestação de serviços técnicos em execução no Município, oferece petição para a Administração Municipal Paulistana sugerindo elementos iniciais de anteprojeto de engenharia para a concessão do Autódromo de Interlagos, visando torná-lo uma arena multiuso, além de elementos iniciais de viabilidade econômica financeira de sua delegação. De posse da documentação, a Administração Pública Municipal, que também já iniciara estudos próprios sobre o mesmo objeto, consulta-o sobre a legalidade e eventuais requisitos ou cautelas necessárias para dar andamento à pretensão da peticionária, a qual entende ser adequada ao interesse público. Dentre as alternativas abaixo, assinale a opção correta para o caso hipotético.
- (A) O Procedimento de Manifestação de Interesse é iniciado pela própria petição do particular. A entrega dos subsídios inicialmente trazidos, dependem de avaliação técnica posterior para posterior aproveitamento pela própria Administração Pública. Por se tratar de uma liberalidade do particular em prol do desenvolvimento urbano, não poderá ser remunerado e seu autor não poderá participar da licitação para eventual delegação futura do objeto.
  - (B) Não poderá receber a petição. A provocação do particular é ilegal e deve ser recusada pela Administração. Ao oferecer estudos e subsídios para licitação futura, o peticionário poderia influenciar na definição dos projetos de engenharia que orientarão a licitação do empreendimento.
  - (C) Poderá convocar o Procedimento de Manifestação de Interesse, por meio de edital de chamamento público com o escopo pretendido, onde a peticionária poderá ou não participar. O edital deverá prever um valor para ressarcimento do projeto selecionado, a ser pago pelo futuro vencedor da licitação apenas se os estudos forem utilizados no certame. O autor do projeto selecionado poderá participar da licitação do empreendimento.
  - (D) Recebendo a petição, a Administração Pública requererá diretamente do interessado subsídios técnicos adicionais, os quais, se aprovados, constituirão as bases futuras do projeto básico e do projeto executivo de engenharia da delegação, indispensáveis para o futuro certame. A remuneração do trabalho será arcada pela Administração Pública, a partir de valores praticados em mercado.
  - (E) Ao receber a petição poderá iniciar o Procedimento de Manifestação de Interesse, por meio de licitação, na modalidade concurso. O edital descreverá o escopo do estudo pretendido, onde a peticionária poderá ou não participar, devendo prever um valor para pagamento do projeto vencedor pela própria Administração Municipal. O projeto básico selecionado será utilizado no certame, não sendo permitida, todavia, a participação do seu autor na licitação do empreendimento.
- 64.** Um projeto de concessão de serviços funerários e materiais prevê ser possível ao concessionário, com exclusividade, vender coroas de flores e outros adornos funerais para os usuários na área explorada, sem prejuízo de outros projetos não identificados. Consideradas essas atividades na projeção das receitas da concessão, assinale a alternativa correta.
- (A) A concessão de exclusividade contratual para a venda desses produtos na área concedida é inconstitucional, pois viola o princípio da livre iniciativa e a competência do Município, por dispor sobre atividades comerciais.
  - (B) O contrato deverá prever que os recursos auferidos com a exploração dessas atividades sejam revertidos aos usuários da concessão, em prol da modicidade tarifária.
  - (C) Constituem receitas acessórias. Embora integrem a concessão, a frustração da expectativa de receitas projetadas a esse título não poderá ser submetida a reequilíbrio econômico financeiro do contrato, dado seu caráter acessório.
  - (D) É incompatível com o interesse público incluir atividades que geram receitas acessórias na concessão, uma vez que, dado seu caráter lucrativo, deveriam ser exploradas diretamente pelo Poder Concedente.
  - (E) É vedada a exploração de projetos associados à concessão, pois não guardam relação direta com o objeto da concessão, embora aptos a gerar receita secundária, fruto de descoberta empresarial de fontes específicas.
- 65.** Em uma licitação para concessão de serviço público, dado o porte dos investimentos exigidos e a diversidade de atividades, a Administração Pública entende indispensável a reunião de licitantes em consórcio, o que poderia, em tese, afetar a concorrência, por se tratar de segmento de mercado oligopolizado. Nos termos da Lei Federal nº 12.529/2011 (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC), é correto afirmar:
- (A) O ato associativo deve ser notificado ao CADE, que o examinará a título de controle de condutas, de forma prévia e potencial, já que a exigência de formação de consórcio em licitação pode limitar a livre concorrência e a livre iniciativa.
  - (B) Considerando que os consórcios não têm personalidade jurídica, impossível a apuração de responsabilidades, de forma que não lhes aplica a Lei do SBDC.
  - (C) O ato associativo não deve ser notificado ao CADE, em razão da falta de competência do órgão para o exame de quaisquer atos de concentração derivados de atividades ou serviços públicos.
  - (D) Apesar da formação de consórcio constituir ato de concentração, ressalva-se o exame do CADE da formação de consórcios em licitação, haja vista a previsão de hipótese de dispensa específica na lei.
  - (E) A formação de consórcios em geral não constitui ato de concentração e, por isso, prescinde de notificação ao CADE.

66. Em 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou um relatório para combater cartéis em licitações. Nesse documento, foram ilustradas regras, condutas ou práticas da Administração Pública que podem proporcionar comportamentos oportunistas e incentivar a formação de condutas anticompetitivas, especialmente o cartel em licitações. Nesse sentido, para evitar a formação de cartéis segundo a OCDE, assinale a alternativa que preveja regra, conduta ou prática que deve ser evitada.

- (A) Preterir a opção de pré-qualificação de licitantes.
- (B) Deixar de exigir registro prévio no Conselho Profissional de Engenharia (CREA) para licitantes estrangeiros em contratações de obras e serviços de engenharia no Brasil.
- (C) Autorizar a subcontratação parcial do objeto do contrato, sem prévia motivação do subcontratante e identificação do subcontratado.
- (D) Padronizar Editais e contratos de licitação em modelos, disponibilizando-os em *website*.
- (E) Autorizar a participação em consórcio de dois ou mais fornecedores que combinam capacidades para atender a contratos amplos que não poderiam ser atendidos individualmente.

#### DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

67. José, desempregado e sem local para morar, no ano de 1993, construiu uma moradia precária (barraco de madeira) em um terreno desocupado de propriedade da Municipalidade. Após algum tempo, no ano de 1995, obteve um emprego, demoliu o barraco e construiu uma casa de alvenaria no mesmo local. No ano de 2023, a Municipalidade notificou José para que desocupasse a área ou a adquirisse mediante compra.

Acerca do caso hipotético narrado, é correto afirmar:

- (A) José ocupou indevidamente um bem público dominical, razão pela qual somente poderá continuar em sua residência se comprovar tempo de posse suficiente para a aquisição pela usucapião, bem como que as benfeitorias e acessões realizadas têm valor superior ao terreno ocupado.
- (B) Um terreno desocupado, em razão do princípio da função social da propriedade, deve ser considerado coisa abandonada, resultando em perda da propriedade, razão pela qual José não deverá atender à notificação da Municipalidade, por ausência de legitimidade desta.
- (C) A área ocupada por José é um bem público de uso especial, podendo ser livremente alienados mediante decreto do Prefeito que, em razão do tempo de posse de José, deverá ser a este doado.
- (D) Um terreno desocupado de propriedade da Municipalidade é um bem de uso especial que não pode ser alienado, salvo se desafetado, por lei, para dominical.
- (E) A área ocupada por José é um bem público dominical que não é susceptível de aquisição pela usucapião, podendo ocorrer sua alienação, na forma da lei.

68. João era representante de Pedro, em razão de instrumento de mandato (procuração) instrumentalizado por meio de escritura pública, para gestão de seus negócios em geral, com amplos poderes de renúncia e de transação. Pedro era credor de Raimundo que faleceu, deixando por única herdeira Madalena, namorada de João. Madalena, sabendo que João era representante de Pedro, propôs que este renegociasse a dívida, por meio de novação, com desconto de 90% sobre o valor devido. Foi feita a novação nos moldes propostos por Madalena.

Aceca do caso hipotético, é correto afirmar:

- (A) O ato é anulável, podendo ser pleiteada a sua anulação em até cento e oitenta dias da celebração, sob pena de decadência do direito.
- (B) O ato é anulável, cujo prazo de prescricional para sua desconstituição ocorre em 2 (dois) anos, após a assinatura do contrato de novação.
- (C) O ato é válido e eficaz, tendo em vista que inserido dentre os poderes conferidos ao representante, cabendo, no entanto, a João postular de Pedro as perdas e danos dele decorrentes em até cento e oitenta dias, sob pena de prescrição da pretensão.
- (D) O ato é válido e eficaz, tendo em vista que inserido dentre os poderes conferidos ao representante, cabendo, no entanto, a João postular de Pedro as perdas e danos dele decorrentes em até cento e oitenta dias, sob pena de decadência do direito.
- (E) O ato é nulo, podendo ser assim declarado a qualquer tempo, em razão do conflito de interesses do representante com o representado.

69. Maria comprou um lote e nele começou a edificar sua casa. Devido a um erro na mediação do terreno realizada pelo construtor contratado por Maria, verificou-se, após a conclusão da edificação, que esta avançou em 15% do terreno de André, proprietário do lote lindeiro.

Tendo em vista o caso hipotético narrado, é correto afirmar que Maria

- (A) é obrigada a demolir o que foi edificado no terreno de André, pagando as perdas e danos apurados, que serão devidos em dobro.
- (B) adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, se comprovar que o valor da construção excede consideravelmente o dessa parte e não se puder demolir a porção invasora sem grave prejuízo para a construção, em décuplo as perdas e danos.
- (C) adquire a propriedade da parte do solo invadido, e responde por perdas e danos que abrangem o valor que a invasão acrescer à construção, mais o da área perdida e o da desvalorização da área remanescente.
- (D) é obrigada a demolir o que foi edificado no terreno de André, pagando as perdas e danos apurados, que serão devidos em décuplo.
- (E) adquire a propriedade da parte do solo invadido, se comprovar que o valor da construção excede o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.

70. Pedro, menor relativamente incapaz, sem o conhecimento de seus pais, pegou o carro de seu pai e saiu dirigindo pelas ruas da cidade, em alta velocidade. Em razão da imprudente conduta de Pedro, este colidiu na traseira de um veículo de propriedade de Matheus, utilizado profissionalmente como taxi. Os danos ao veículo somaram o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). O veículo ficou 10 (dez) dias no conserto, impedindo Matheus de trabalhar, sendo que o seu faturamento médio era de R\$ 500,00 (quinhentos reais) diários.

Acerca do caso hipotético, é correto afirmar:

- (A) Pedro, por ser incapaz, não pode ser responsabilizado pelos danos ocorridos, ainda que seus pais não disponham de recursos para ressarcir os danos ocasionados.
- (B) Os pais de Pedro são responsáveis pelo ressarcimento de todos os danos causados e se não dispuserem de recursos, ele poderá ser também responsabilizado, na forma prevista em lei.
- (C) Os pais de Pedro, por não terem sido culpados pelo evento, tendo em vista que não o autorizaram a dirigir o carro, não podem ser responsabilizados pelos danos ocasionados.
- (D) Somente se comprovada a culpa no dever de vigilância dos pais de Pedro, eles poderiam ser responsabilizados, mas somente pelos danos emergentes e não pelos lucros cessantes.
- (E) Apenas os danos ocasionados ao veículo podem ser imputados aos pais de Pedro que respondem independentemente da existência de culpa; somente se comprovada esta, poderiam ser responsabilizados pelos danos emergentes.

71. Maria e José, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, contrataram sociedade para o exercício de atividade empresarial. Constituíram o capital social mediante o ingresso de bens móveis e imóveis de propriedade do casal. Entretanto, após algum tempo, Maria e José se divorciaram, permanecendo, contudo, como sócios da sociedade empresarial por eles constituída. José se casa novamente, com Teresa. Maria não constituiu outro casamento ou união estável. A sociedade empresarial constituída por Maria e José passa por dificuldades financeiras e eles decidem vender um dos imóveis que integram o capital social.

Acerca do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- (A) A constituição da sociedade empresarial é nula de pleno direito, em razão da vedação legal de contratação de sociedade entre cônjuges.
- (B) A constituição da sociedade empresarial é anulável, podendo ser requerida a anulação em até 3 (três) anos de sua constituição, em razão da vedação legal de contratação de sociedade entre cônjuges.
- (C) A venda de imóveis da sociedade dependerá da anuência de Teresa, tendo em vista que o empresário não pode alienar bens da sociedade sem a necessária outorga conjugal, sob pena de nulidade.
- (D) Os bens imóveis integralizados ao capital social da sociedade podem ser livremente alienados, sem necessidade de outorga conjugal de Teresa.
- (E) Como José constituiu sociedade com sua esposa, em razão do divórcio, deveria ter substituído Maria por Teresa na condição de sócia, devendo tal regularização estatutária ser realizada antes da alienação pretendida.

72. Caio e Tício constituíram uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Ambos subscreveram, cada um, cotas no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Após mais de um ano da constituição da sociedade, apenas Caio havia integralizado o valor das suas cotas. Tício não integralizou suas cotas. A sociedade começou a ter um desempenho ruim nos seus negócios e os credores ajuizaram ações visando obter o pagamento do valor de dívidas vencidas e exigíveis que somavam R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). O valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente à integralização das cotas de Caio foi objeto de medidas constritivas para satisfação do crédito, restando igual valor em aberto.

Acerca do caso hipotético, é correto afirmar:

- (A) Caio e Tício são solidariamente responsáveis pelo valor do capital subscrito e não integralizado.
- (B) Caio não poderá ser responsabilizado pessoalmente, tendo em vista que já integralizou suas cotas e sua responsabilidade se restringe a estas.
- (C) Tício poderá ser responsabilizado pessoalmente por não ter subscrito as cotas do capital social no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e se este for insolvente, Caio poderá ser responsabilizado subsidiariamente.
- (D) A mera existência de valor subscrito e não integralizado autoriza a desconsideração da personalidade jurídica e o valor devido deve ser primeiramente cobrado de Tício e, apenas se este for insolvente e for comprovado conluio ou proveito de Caio, ser este demandado.
- (E) Em razão da autonomia patrimonial da pessoa jurídica em relação aos seus sócios, não poderá o valor ser cobrado nem de Caio e nem de Tício; o valor da cota não subscrita somente pode ser cobrado de Tício pela sociedade e não pelos credores.

73. Foi convocada uma assembleia geral na Sociedade Anônima Lucra Bem SA. para deliberar sobre a proposta de fusão da companhia com outra companhia. Em primeira convocação, compareceram apenas detentores de 1/3 do Capital Social.

Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- (A) Não poderá ser instalada a assembleia, em primeira convocação, pois seria necessária a presença de, no mínimo, representantes de 51% do capital social.
- (B) Somente poderá ser instalada a assembleia em segunda convocação se presentes acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social e a proposta de depende da aprovação da maioria absoluta dos presentes.
- (C) A fusão proposta depende da aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto.
- (D) Os acionistas sem direito de voto não podem comparecer à assembleia geral e nem discutir a matéria submetida à deliberação.
- (E) O quórum mínimo para a instalação da assembleia geral pode ser obtido mediante soma das cotas dos acionistas sem direito a votos presentes na assembleia.

74. Num processo de recuperação judicial, onde havia o litisconsórcio de todas as sociedades integrantes de determinado grupo econômico, foi deliberado pelo Comitê de Credores que todas as sociedades do grupo econômico fossem submetidas a um único plano de recuperação judicial, o que foi homologado pelo juízo. A decisão de submeter todos os integrantes do mesmo grupo econômico a um mesmo plano de recuperação denomina-se consolidação

- (A) processual.
- (B) contábil.
- (C) financeira.
- (D) operacional.
- (E) substancial.

## DIREITO DO TRABALHO

75. Em uma relação de emprego, a parte que oferece a prestação de serviço deve se enquadrar na categoria de pessoa física. Essa situação caracteriza o requisito contratual indicado pela doutrina atinente à

- (A) pessoalidade.
- (B) onerosidade.
- (C) alteridade.
- (D) pessoa física.
- (E) subordinação.

76. De acordo com o disposto na CLT, assinale a alternativa correta acerca do contrato de trabalho especial de aprendizagem.

- (A) Pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.
- (B) A contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, em qualquer caso, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.
- (C) Tem prazo determinado de até 2 anos para os trabalhadores portadores de necessidade especiais.
- (D) A idade do aprendiz é de 14 anos até 16 anos incompletos, salvo portador de necessidade especial que não tem prazo máximo.
- (E) Deve ser ajustado expressamente, de forma verbal ou por escrito.

- 77.** Relativamente às normas de proteção à maternidade conferida pela CLT, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente será concedida licença-maternidade, mediante a apresentação do termo judicial de guarda a adotante ou guardião, no prazo de
- (A) de 120 dias no caso de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, sendo certo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade aos dois adotantes ou guardiães, empregado ou empregada.
  - (B) de 120 dias, independentemente da idade da criança adotada, sendo certo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães, empregado ou empregada.
  - (C) de 120 dias no caso de criança de até 1 (um) ano de idade, sendo certo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade aos dois adotantes ou guardiães, empregado ou empregada.
  - (D) de 180 dias no caso de criança de até 1 (um) ano de idade, sendo certo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães empregado ou empregada.
  - (E) de 180 dias, independentemente da idade da criança adotada, sendo certo que a adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade aos dois adotantes ou guardiães, empregado ou empregada.
- 78.** Relativamente às causas de suspensão, interrupção e extinção do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) A aposentadoria por invalidez é causa de interrupção do contrato de trabalho.
  - (B) O gozo das férias suspende a execução do contrato de trabalho, já que o empregado não está realizando nenhum serviço durante esse período. No entanto, ele recebe a remuneração correspondente e esse período é considerado como tempo de serviço.
  - (C) A aposentadoria espontânea é causa de extinção do contrato de trabalho ainda que o empregado permaneça prestando serviços ao empregador após a jubilação.
  - (D) A aposentadoria por invalidez é causa de suspensão do contrato de trabalho.
  - (E) A aposentadoria por invalidez acarreta a extinção do contrato de trabalho.
- 79.** A instituição do banco de horas dispensa o acréscimo pecuniário sobre o salário que deveria ser pago pela prestação de horas extraordinárias.
- Diante disso, uma determinada empresa busca firmar acordo com os seus empregados com vistas a instituir esse modelo de compensação de jornadas. Para que seja lícito esse acordo, poderá ser realizado
- (A) individualmente e por escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de um ano.
  - (B) verbalmente ou por escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
  - (C) individualmente, de forma tácita ou escrita, desde que a compensação ocorra no mesmo mês.
  - (D) individualmente e por escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de sessenta dias.
  - (E) por acordo coletivo, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
- 80.** Acerca do modelo sindical brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) As federações sindicais são associações que reúnem ao menos cinco sindicatos representativos ou de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas.
  - (B) As confederações sindicais são organizações sindicais que reúnem no mínimo sete federações sindicais de uma mesma categoria econômica ou profissional.
  - (C) As centrais sindicais, formadas pela reunião de sindicatos de diversas categorias, estão formalmente inseridas no modelo sindical brasileiro previsto na Constituição Federal.
  - (D) É legítima a coexistência de mais de um Sindicato representativo de uma mesma categoria econômica ou profissional em um Município.
  - (E) Os sindicatos somente poderão ser distritais, municipais ou intermunicipais, não sendo possível sua constituição em âmbito estadual ou nacional.

